



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **16 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, domingo, 10 de abril de 2011

DIÁRIO DO AMAZONAS Fábricas locais ganham presente fiscal do governo em Manaus	1
VEICULAÇÃO LOCAL	
O GLOBO Nova onda de reajuste na indústria	2
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O GLOBO Na China, prosperidade suaviza mão forte do Estado	4
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O GLOBO Relação bilateral cresceu, mas com distorções	5
VEICULAÇÃO NACIONAL	
ESTADAO.COM.BR Dilma vai à China buscar investimento em tecnologia	6
VEICULAÇÃO NACIONAL	
ESTADAO.COM.BR 100 dias de governo	8
VEICULAÇÃO NACIONAL	
ESTADAO.COM.BR Inflação assombra e câmbio desafia	9
VEICULAÇÃO NACIONAL	
ESTADAO.COM.BR Na China, Dilma busca investimentos em tecnologia e infraestrutura	11
VEICULAÇÃO NACIONAL	
ESTADAO.COM.BR Brasil e China evitam 'caneladas' diplomáticas	12
VEICULAÇÃO NACIONAL	
ESTADAO.COM.BR Dilma terá de unir interesses opostos	13
VEICULAÇÃO NACIONAL	
ESTADAO.COM.BR Objetivo principal é diversificar exportações	15
VEICULAÇÃO NACIONAL	
ESTADAO.COM.BR Analistas veem forte mudança na política econômica	16
VEICULAÇÃO NACIONAL	
ESTADAO.COM.BR Economia e inflação vão desacelerar no 2º semestre, para BC	18
VEICULAÇÃO NACIONAL	
FOLHA.COM Planalto altera a regra de plano de banda larga	19
VEICULAÇÃO NACIONAL	
FOLHA.COM Dilma começa com calma política e tensão na economia	20
VEICULAÇÃO NACIONAL	
FOLHA.COM Brasília - Eliane Cantanhêde: A Grande Muralha	21
VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO DIÁRIO DO <u>AMAZONAS</u>	EDITORIA	
	TÍTULO Fábricas locais ganham presente fiscal do governo em <u>Manaus</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL	

As empresas interessadas têm até a próxima terça-feira para solicitar oficialmente a isenção da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz).

Manaus - Em meio a recordes de faturamento e emprego, as indústrias dos segmentos termoplástico e de papel e papelão ganharam um presente. Até o final de 2011, terão direito de não pagar a alíquota de 25% do imposto sobre Circulação de **Mercadorias e Serviços (ICMS)** incidente no consumo de energia elétrica.

O benefício foi dado desde a crise econômica, há dois anos, que ajudou a manter o emprego e as vendas. A isenção fiscal foi publicada na edição do dia 29 de março no Diário Oficial do Estado (DOE), assegurada pelo Decreto 31.134.

As empresas interessadas têm até a próxima terça-feira para solicitar oficialmente a isenção da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz). A ausência de recolhimento do imposto vai se estender até 31 de dezembro, sendo válida somente para as empresas optantes da Lei 2.826/2003, que rege a política de incentivos fiscais do Estado.

A contrapartida das indústrias é a manutenção das vagas de empregos encontradas em cada empresa no último dia do mês de março, considerando o registro no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do **Ministério** do Trabalho e Emprego (MTE).

De acordo com a diretora de tributação da Sefaz/AM, Ivone Assako, a energia elétrica é um dos principais insumos para a fabricação de embalagens e de produtos termoplásticos. “Houve uma solicitação formal das empresas do setor para essa isenção e, após

análise, concluímos que o incentivo é **importante** para o aumento da competitividade dessas empresas”, disse.

Ivone declarou que não existem outros pedidos ou estudos de viabilidade econômica tramitando na Sefaz, para que o órgão conceda benefícios para outros setores da indústria local.

O decreto permite que as empresas demitam até 4% dos funcionários no período de validade da isenção do **ICMS**, desde que as demissões não sejam superiores a 2% por mês.

As fábricas que decidirem demitir uma quantidade de funcionários superior aos 4%, entre abril e dezembro, devem submeter o número de trabalhadores à análise da Sefaz, Secretaria de Estado de Planejamento e **Desenvolvimento** Econômico (Seplan) e entidade de classe representativa do empregado.

As empresas do setor de termoplástico instaladas no **PIM** faturaram US\$ 1,81 bilhão em 2010, sendo 17,63% superior ao resultado do ano anterior, de US\$ 1,54 bilhão, segundo dados da **Superintendência** da **Zona Franca** de **Manaus (Suframa)**. Os dados mais atualizados do órgão, relativos a janeiro, mostram que neste ano o setor já faturou US\$ 157 milhões.

O faturamento das indústrias de papel e papelão chegou a US\$ 142,5 milhões em 2009 e aumentou 30,32% em 2010, atingindo US\$ 185,7 milhões. O faturamento de janeiro de 2011 foi de US\$ 17,3 milhões.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Nova onda de reajuste na indústria		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Depois das "commodities", pressão agora vem de insumos industriais. Fenômeno é global

Vivian Oswald e Martha Beck

BRASÍLIA. Se a "gigantesca" pressão das commodities mencionada pelo Banco Central (BC) no Relatório de Inflação ainda não se dissipou por completo e continua sendo fonte de preocupação para a autoridade monetária, uma nova onda de aumentos ronda a economia mundial e assusta os países em **desenvolvimento**, em especial o Brasil: a dos produtos industrializados (insumos para o setor produtivo nacional). Depois de absorver boa parte do impacto da disparada dos produtos básicos, a indústria dá sinais de que deve começar a repassar seus custos.

- Já começou. Trata-se de um problema mundial - admitiu o economista-chefe da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Flavio Castelo Branco.

- Muitas empresas têm absorvido custos, mas começaram a aumentar seus preços. Depois das commodities, os manufaturados vão começar a aumentar pelo mundo todo - disse o vice-presidente da Associação de **Comércio** Exterior do **Brasil** (AEB), José Augusto de Castro.

O aço deve ser um dos primeiros da lista, com um aumento estimado em 10% pelo setor. Em seguida, vêm os derivados do aço, derivados de petróleo (plásticos, parafina e nafta, por exemplo) e fertilizantes. De janeiro a fevereiro deste ano, as **importações** de fertilizantes somaram US\$846 milhões. Trata-se de um volume 34% maior do que no mesmo período do ano passado. Mas, em termos de preços, são 868,8% a mais.

A indústria química também começou o ano com aumentos e diz que tem absorvido o recente custo da explosão dos preços das commodities. Segundo a diretora de Economia e Estatísticas da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), Fátima Giovanna, a indústria vinha evitando os repasses, pois as principais economias do planeta ainda se recuperavam da crise.

No caso do Brasil, as empresas nacionais seguraram os preços em função da concorrência com produtos **importados**, que foram rapidamente direcionados ao **mercado** brasileiro,

menos atingido pela crise. Mesmo assim, segundo ela, como se trata de um fenômeno mundial, as próprias **importações** devem trazer os aumentos para dentro do país. O **Brasil** hoje **importa** 30% dos derivados químicos que consome.

As incertezas sobre o que acontecerá com os preços do petróleo criam um cenário ainda mais nebuloso. O mesmo ocorre sobre o futuro do Japão:

- Trata-se de um grande fornecedor de produtos transformados para o mundo - disse Giovanna.

Países que, como o Brasil, dependem das **importações** de bens manufaturados, devem ser as primeiras vítimas. Cerca de 50% do que **importa** em bens de capital (máquinas e equipamentos) são usados para investimentos na indústria nacional.

A alta dos preços das commodities tem sido a grande vilã da inflação desde o fim do ano passado, mas, como o **Brasil** é o segundo maior produtor agrícola do mundo, também vem ajudando a fechar as contas externas. Assim, o problema é maior quando a elevação dos preços se concentra em outros produtos que o país é obrigado a **importar**.

Os preços agrícolas registraram variação acumulada em 12 meses de 29,84% em fevereiro, ante 23,86% em novembro, enquanto os preços industriais aumentaram, respectivamente, 8,65% e 9,90% nas mesmas bases de comparação.

Segundo o Relatório de Inflação do BC, o chamado índice de difusão - indicador da proporção de itens que apresentou variação positiva no IPCA, evidenciando disseminação dos aumentos - registrou média de 64,41% no trimestre encerrado em fevereiro, contra 64,84% naquele finalizado em novembro e 63,54% em igual período de 2010.

Em 2010, a média do índice atingiu 61,18%. Em 2009, foram 57,53%. O documento do BC alerta para o fato de "nos **mercados** emergentes, de certa forma, as pressões inflacionárias têm se generalizado".

Segundo o professor da PUC-SP, Antonio Corrêa de Lacerda, praticamente todos os países que adotam o regime de metas de inflação vão ultrapassar seu teto em 2011:

- A inflação é um fenômeno mundial - disse ele.

Segundo dados da revista "The Economist" compilados pelo **Ministério** da Fazenda, em janeiro deste ano, a inflação anualizada da Rússia já estava em 9,6%, enquanto a da Índia, era de 9,7%, contra 6% do **Brasil** e 4,6% da China.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Na China, prosperidade suaviza mão forte do Estado		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Com avanço da economia, chineses minimizam autoritarismo. Empresários que acompanham Dilma se queixam de interferência

Gilberto Scofield Jr.

SÃO PAULO. Qualquer um que converse com chineses comuns sobre como eles se sentem em relação ao autoritarismo e à repressão do governo da China, invariavelmente, ouve que o padrão de vida da população chinesa, hoje, é muito melhor do que antes das reformas econômicas iniciadas pelo líder Deng Xiaoping, em fins da década de 70. De fato, nos últimos 30 anos, com a injeção de capitalismo dada a um fracassado regime comunista, a China passou de uma fechada e empobrecida economia asiática para o segundo maior Produto Interno Bruto (**PIB**, soma de todas as riquezas produzidas no país) do planeta - US\$5,7 trilhões em 2010 -, triplicando sua renda por habitante - mais de US\$3 mil - e tirando da miséria cerca de 250 milhões de pessoas.

Beneficiados pela prosperidade econômica e dependentes de relações com o Partido Comunista da China (PCC) para fazer negócios e conseguir empregos, a classe média chinesa e os empresários do país não querem arriscar seu status quo com mudanças. Nem o governo de Pequim quer abrir mão do controle econômico e social, sob o risco de comprometer seu projeto de **desenvolvimento** e manutenção do poder.

Pouca disposição para grandes mudanças

O crescimento da economia legitima um governo autoritário que prende dissidentes, invade bares gays para constranger seus frequentadores, controla quantos filhos tem a população e, em última instância, intervém fortemente na economia para garantir o **desenvolvimento** chinês a taxas que se mantêm ao redor de 10% nos últimos 15 anos.

É diante dessa realidade - a pouca disposição para grandes mudanças, econômicas ou políticas - que o Palácio do Planalto e o Itamaraty iniciam neste domingo a primeira viagem da presidente Dilma Rousseff (e mais 250 empresários) à China, onde participará de encontro de cúpula dos emergentes que formam a sigla Brics (Brasil, Rússia, Índia

e China). Os desafios, econômicos e diplomáticos, são enormes e os empresários brasileiros estão irritados.

- Os chineses têm claramente um projeto estratégico de país, sabem aonde querem chegar e olham exclusivamente para seus interesses nesse processo, o que acabou gerando uma relação econômica desequilibrada entre **Brasil** e China - diz o presidente da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf. - Precisamos enquadrar a relação com a China dentro dos interesses brasileiros.

- A China quer ser tratada como economia de **mercado** mas o governo controla setores estratégicos inteiros e manipula a economia de acordo com seus interesses - diz Robson Andrade, presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI). - O **mercado** deles é fechado e eles determinam onde investir, sem falar na pirataria e no contrabando. Mas é um país cuja importância não se pode ignorar.

- O sistema chinês é às vezes chamado de "leninismo de **mercado**": altas taxas de crescimento mais nacionalismo são usados para legitimar o regime do PCC. E a elite recebe **importantes** benefícios disso. Não acredito em mudanças econômicas ou políticas além do que vemos hoje - diz o professor de Harvard e especialista em geopolítica internacional, Joseph Nye.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Relação bilateral cresceu, mas com distorções		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Brasil exporta matérias-primas e importa manufaturados

SÃO PAULO. Quando o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva liderou uma missão de 200 empresários à China, em 2004, falava-se numa nova relação entre os dois países, sob uma aliança Sul-Sul, de países fora da órbita de Europa e EUA. O ex-presidente decidiu reconhecer a China como economia de mercado (o que não foi referendado pelo Congresso), em troca da promessa de mais investimentos, negócios e parcerias estratégicas. De lá para cá, as trocas comerciais entre Brasil e China, que eram de US\$9,1 bilhões em 2004, passaram para US\$56,3 bilhões, com superávit a favor do Brasil de US\$5,1 bilhões. Os investimentos chineses também cresceram, atingindo US\$12,9 bilhões em 2010.

- Não é possível mais ignorar a importância estratégica da China e sua relevância no cenário internacional - diz o ex-ministro do Desenvolvimento Sergio Amaral, diretor-presidente do Conselho Empresarial Brasil-China, entidade que reúne empresas que investem nos dois países.

Desde a visita de Lula, o que parecia ser uma legítima disposição do Palácio do Planalto para incrementar a relação entre os dois países se transformou numa apatia de governo e Itamaraty para não irritar o parceiro. Pior para os brasileiros. Por trás de números gigantes escondem-se graves distorções. Cerca de 68% das exportações brasileiras para a China estão concentradas em minério de ferro e soja. A quase totalidade, em matérias-primas. Os chineses exportam

produtos de valor agregado, sendo 30% eletroeletrônicos, componentes de informática e telefonia.

Yuan desvalorizado favorece competitividade chinesa

Segundo a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), as indústrias brasileiras tiveram prejuízos de US\$15,2 bilhões com a concorrência de produtos a preços baixos, tanto no Brasil quanto em mercados como América Latina e EUA. Nesta competição, considerada desigual, a China se beneficia de uma moeda, o yuan, artificialmente desvalorizada e de uma mão de obra que aceita salário de US\$50, sem férias, fins de semana ou outros benefícios.

Os investimentos chineses se concentram nas áreas onde estão as necessidades de consumo chinesas: energia, mineração e siderurgia, além do agronegócio. Os investimentos estrangeiros são controlados e aceitos só em áreas de interesse do país.

Não há como desprezar a China, nem o fato de que 67% das empresas brasileiras são prejudicadas de alguma forma pelos chineses, segundo Carlos Eduardo Abijaodi, diretor de comércio exterior da CNI. Este é o desafio da presidente Dilma Rousseff. No Itamaraty, a disposição é de reanimar a relação em bases mais favoráveis ao Brasil. Falta combinar com os chineses. (GS)

	VEÍCULO ESTADAO.COM.BR	EDITORIA	
	TÍTULO Dilma vai à China buscar investimento em tecnologia		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

O Brasil quer que a China seja mais do que compradora de terras, soja e minérios do País. Quer fábricas e investimentos chineses. Essa é a ambição da "diplomacia de resultados" que vai acompanhar a visita da presidente Dilma Rousseff à China a partir de amanhã. Além do anúncio da encomenda de aviões à Embraer. Dilma está certa de que voltará da viagem com um contrato de US\$ 200 milhões para que a indústria eletroeletrônica ZTE comece a se instalar em Hortolândia (SP). Ela indicará em Pequim, que está interessada em uma relação de longo prazo com Pequim. Mas vai reclamar das barreiras à expansão dos negócios brasileiros na China.

Na China, Dilma busca investimentos em tecnologia e infraestrutura

'Diplomacia de resultados' tenta mudar as relações comerciais com a China, hoje concentradas na venda de terra, soja e minérios

Vera Rosa e Lisandra Paraguassu, de O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - O Brasil quer fábricas chinesas, quer investimentos chineses em infraestrutura, quer que a China seja mais do que uma compradora de terras, soja e minérios. Essa é a ambição da "diplomacia de resultados" que vai acompanhar a visita da presidente Dilma Rousseff à China a partir de amanhã.

A presidente pediu ao Itamaraty que agendasse visitas a empresários e empresas de tecnologia digital. Além do anúncio da encomenda de aviões à Embraer, Dilma está certa que voltará com um contrato de US\$ 200 milhões para que a ZTE (eletroeletrônica) comece a se instalar em Hortolândia (SP).

Para "vender" o Plano Nacional de Banda Larga - xodó de sua administração - aos chineses e dar ênfase à ciência e tecnologia nas parcerias, Dilma vai visitar a fábrica da ZTE, em Xian, e se reunir, entre outros, com executivos da Huawei. Líder no mercado de banda larga fixa e móvel, a Huawei atua no Brasil desde 1999 em parcerias com as principais operadoras de telefonia.

Na lista de documentos a assinar pelos dois presidentes há, em meio a memorandos com promessas vagas de cooperação, três acordos envolvendo grandes empresas estatais e que são relevantes para a captação de tecnologia. A Eletrobrás e a State Grid vão desenvolver linhas de transmissão de energia a longa distância. A Petrobrás e a Sinopec fecharão acordos nas áreas de tecnologia de prospecção e pesquisas geológicas.

'Sala da diretoria'. A viagem tem forte simbolismo político por acontecer no momento em que Dilma acaba de completar 100 dias de governo. Depois de receber em Brasília o presidente dos EUA, Barack Obama, ela indicará, em Pequim, que está interessada na relação de longo prazo com o país de Hu Jintao. Mas vai reclamar e pressionar contra as barreiras à expansão dos negócios brasileiros na China.

"Queremos sair da relação de balcão de compra e venda com a China para ser aquele país que chega lá e vai para a sala da diretoria", resumiu ao Estado, com humor, o ministro do Desenvolvimento, Fernando PIMentel.

Embora a China seja o maior parceiro comercial do Brasil e tenha investimentos anunciados na casa de US\$ 29 bilhões, a presidente Dilma vê com preocupação o fato de 90% desses investimentos se concentrarem em mineração, energia e agricultura. Inquieta-se, também, com a compra de terras, de forma direta ou indireta, por empresas estrangeiras, como em Goiás e na Bahia, para produzir grãos que são vendidos à China.

Durante a viagem ela vai conversar sobre o assunto com o governador da Bahia, Jaques Wagner (PT), que acompanhará a comitiva para assinar um acordo de instalação de beneficiadoras de soja em Barreiras (BA) com a estatal Chongqing Grain.

Sem fábricas. Os chineses alegam que o Brasil precisa se esforçar mais para demonstrar a competitividade. Mas os empresários brasileiros reclamam da disparidade no câmbio, já que a desvalorização da moeda chinesa barateia os produtos e dificulta a concorrência. Pior: a China impõe barreiras à expansão até de negócios já instalados no país, como nos casos da Weg Motores Elétricos e da Marco Polo, que fabrica carrocerias de ônibus.

A Embraer enfrenta as mesmas barreiras. Apesar de ter fábrica no país, ela depende da aprovação do governo chinês para deixar de produzir o modelo ERJ 145 - que já não tem mercado - e fabricar o EMB 190.

A China também costuma entrar no País sem fábricas, apenas importando os produtos. É o caso da JAC Motors, recém-chegada com uma rede de 50 concessionárias de veículos, mas sem unidade produtiva.

	VEÍCULO ESTADAO.COM.BR	EDITORIA	
	TÍTULO 100 dias de governo		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Discreta, Dilma Rousseff completa 100 dias na Presidência sem dar margem a dúvidas sobre a capacidade de controlar o próprio governo.

100 dias de governo

A mulher é o estilo

No pós-Lula, a primeira presidente a comandar o **Brasil** consolida sua marca ao imprimir pulso forte, porém discreto, à gestão; ajuste das contas públicas e ameaça de inflação ainda são grandes desafios

Dilma Rousseff completa hoje 100 dias no cargo de presidente da República com o feito de ter dirimido a dúvida mais mordaz lançada contra ela por seus opositores durante a campanha eleitoral do ano passado: seria Dilma, criada à imagem e semelhança de Lula, capaz de comandar o País sozinha? Para silenciar os críticos nesse quesito, a primeira mulher a ocupar a Presidência fez questão de imprimir a marca de uma governante austera e discreta.

Tais características provocaram comparações inevitáveis com seu antecessor e padrinho, um político afeito aos discursos e ao embate direto com a oposição, a mesma oposição que, para fustigá-lo e tentar enfraquecer seu mito, passou a elogiar o jeito de Dilma comandar o País. A presidente, no entanto, nunca incentivou de público esse paralelismo, ainda que na política externa e na questão dos direitos humanos tenha adotado medidas frontalmente contrárias à atuação de **Lula** na área.

Os afagos da oposição se restringiram à forma. No PSDB e no DEM, ganham corpo as críticas ao conteúdo: "gastança" do governo, desaceleração do **PAC** e ameaça de inflação. O corte de R\$ 50 bilhões no Orçamento não convenceu o **mercado** e os opositores de que as contas públicas estão sob controle. Dúvidas de gestão à parte, resta ao fim dos 100 dias a certeza de que Dilma se impôs. Parafraseando o francês conde de Buffon (1707-1788), para quem "o estilo é o homem", hoje "a mulher é o estilo".

	VEÍCULO ESTADAO.COM.BR	EDITORIA	
	TÍTULO Inflação assombra e câmbio desafia		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Cenário externo incerto e indicadores internos com sinais trocados tornam condução da economia especialmente difícil neste início de governo

Fabio Graner / BRASÍLIA - O Estado de S.Paulo

No centésimo dia de governo, a política econômica da presidente Dilma Rousseff está diante das mesmíssimas dificuldades do primeiro dia, o da posse. A inflação não parou de subir e, apesar dos apertos nos juros e no crédito, o **mercado** financeiro não comprou a tese da equipe econômica, de que o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) será domado até 2012, elevando semana a semana as projeções de alta neste e no próximo ano. Em outro front, o cambial, o problema da contínua valorização do real parece estar longe de ser resolvido e segue desafiando Planalto, Fazenda e Banco Central.

Os analistas se dividem na avaliação da gestão econômica. O economista-chefe da consultoria MB Associados, Sérgio Vale, faz uma comparação dura: "Os primeiros 100 dias de Dilma se parecem com o governo Geisel: negligência com a inflação, campeões nacionais escolhidos pelo governo, aumento da estatização, crença no crescimento do investimento para resolver o problema de demanda".

Carlos Thadeu de Freitas, ex-diretor do BC, avalia que o governo está agindo de forma bastante pragmática dadas as incertezas que envolvem, sobretudo, o cenário internacional. As medidas adotadas estão sendo efetivas, diz, para promover uma desaceleração lenta do nível de atividade, sem movimentos abruptos.

Sinais trocados. Os críticos de uma suposta paralisia do governo são confrontados com o fato de que o Banco Central brasileiro foi o que mais elevou juros neste ano e também desde 2010, com a Índia em segundo lugar. Há hoje o cuidado em não exagerar na dose e derrubar a economia, especialmente se o rumo do resto do mundo continua uma incógnita. Também há mais cautela em aumentar juros para não acentuar a tendência de valorização do real, batalha que tem imposto derrotas constantes ao governo.

O incerto cenário externo - alta do preço do petróleo, piora na crise fiscal da Europa, dúvidas sobre a recuperação

dos EUA e o nível de desaceleração da China - e os sinais trocados de indicadores internos deixaram a tarefa de conduzir a economia especialmente difícil neste início de novo governo. Os sinais internos ora mostram a atividade desacelerando ora mostram que persistiria o temido sobreaquecimento.

Nos últimos dois trimestres de 2010, o Produto Interno Bruto (**PIB**) brasileiro já cresceu em um nível teoricamente abaixo de sua capacidade não inflacionária - cujas estimativas variam de 3,5% a 5%. O problema que parte do **mercado** avalia, e o próprio BC enxerga, que esse dado atualmente é enganoso, porque, como as **importações** estão subindo muito, há uma perda no resultado total do **PIB**, enquanto a demanda interna, que é o que interessa para a inflação, ainda estaria muito forte e alimentando as remarcações de preços.

O BC e a Fazenda já enxergam um arrefecimento também da demanda interna e uma trajetória de crescimento cada vez mais próxima da capacidade de a economia ofertar bens e serviços. Apostam, ainda, que esse ajuste vai continuar, refletindo a combinação de medidas clássicas - como a alta dos juros e o aumento do superávit primário efetivo (economia para pagamento de juros) - e das chamadas medidas macroprudenciais.

Essas providências buscam diminuir a oferta de dinheiro na economia (via aumento de depósitos compulsórios) e reduzir o crédito, cuja mais recente ação ocorreu na última semana, quando o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) nos financiamentos para pessoa física dobrou.

Modelo do FED. A dificuldade principal para o governo está no fato de que boa parte do **mercado** não tem confiança de que a estratégia vá dar certo. "Os 100 primeiros dias da gestão Dilma mostram um governo sistematicamente equivocados no diagnóstico dos problemas mais graves da economia: a inflação tem sido recorrentemente negligenciada e o IPCA de março é mais uma prova disso. O ajuste fiscal é tratado com desdém e já foi esquecido. E o BC jogar a toalha para a meta deste ano é um fato inédito, basicamente por ter instrumentos para tentar evitar isso e não querer usá-los", disse Sérgio Vale.

Na opinião dele, os erros dos 100 primeiros dias revelam algo mais: "Que o governo tem sido coerente no diagnóstico equivocado. O próprio BC também acredita que as commodities são o centro do problema da inflação, o que é negado a cada dado novo que é divulgado", acrescentou Vale.

O economista da MB Associados foca a crítica também na avaliação que o governo faz da questão cambial: "O governo tem insistido, há três meses, que o principal problema do País é o câmbio, o que é um absurdo. A valorização do real é reflexo do bom estado da economia hoje. Tentar mudar sua trajetória ou mesmo estabilizá-lo é infrutífero, como tem sido mostrado a cada nova medida. E tentar medidas mais fortes apenas vai levar a economia mais rápido para o desequilíbrio", diz Vale.

O economista Carlos Thadeu de Freitas entende a cautela do governo Dilma. "Há uma preocupação no sentido de não errar no processo de desaceleração. E isso é novo. O governo está olhando para a inflação e para atividade", disse ao Estado, lembrando que esse modelo lembra o dos EUA. Lá, o BC local (o Federal Reserve) tem mandato para controlar a inflação e garantir o pleno emprego.

Freitas reconheceu, no entanto, que o governo brasileiro não tem sido bem-sucedido no processo de coordenação de expectativas inflacionárias - que são utilizadas pelos agentes econômicos na definição de seus preços, sejam de produtos, serviços ou salários. "O desafio do governo é ancorar as

expectativas. Aqui está o ponto **importante**: quem vai ganhar essa disputa (entre governo e **mercado**)?", perguntou.

PRIMEIRAS MEDIDAS NA ÁREA ECONÔMICA

Cortes

Fazenda e Planejamento anunciaram corte de R\$ 50 bilhões no Orçamento **Juros**

O BC elevou os juros em 1 ponto percentual. O ajuste total desde 2010 é de 3 pontos percentuais **Compra de dólares**

O BC passou a comprar **dólares** com entrega em data futura, chamada de leilão a termo IOF 1

Governo taxa em 6% empréstimos externos de até dois anos IOF 2

Fazenda instituiu IOF de 6% sobre captações externas de até um ano, medida que tenta atacar a valorização cambial e ajudar no processo de contenção do crescimento do crédito IOF 3

Imposto será de 6,38% para compras com cartão de crédito no exterior, para reduzir compra de eletrônicos IOF 4
Fazenda dobrou o IOF, de 1,5% para 3%, nas operações de crédito para pessoa física Meta ameaçada 4,5% é a meta de inflação, com tolerância de 2 pontos percentuais acima 6,3% é o IPCA acumulado em 12 meses

	VEÍCULO ESTADAO.COM.BR	EDITORIA	
	TÍTULO Na China, Dilma busca investimentos em tecnologia e infraestrutura		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

'Diplomacia de resultados' tenta mudar as relações comerciais com a China, hoje concentradas na venda de terra, soja e minérios

Vera Rosa e Lisandra Paraguassu, de O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - O Brasil quer fábricas chinesas, quer investimentos chineses em infraestrutura, quer que a China seja mais do que uma compradora de terras, soja e minérios. Essa é a ambição da "diplomacia de resultados" que vai acompanhar a visita da presidente Dilma Rousseff à China a partir de amanhã.

A presidente pediu ao Itamaraty que agendasse visitas a empresários e empresas de tecnologia digital. Além do anúncio da encomenda de aviões à Embraer, Dilma está certa que voltará com um contrato de US\$ 200 milhões para que a ZTE (eletroeletrônica) comece a se instalar em Hortolândia (SP).

Para "vender" o Plano Nacional de Banda Larga - xodó de sua administração - aos chineses e dar ênfase à ciência e tecnologia nas parcerias, Dilma vai visitar a fábrica da ZTE, em Xian, e se reunir, entre outros, com executivos da Huawei. Líder no mercado de banda larga fixa e móvel, a Huawei atua no Brasil desde 1999 em parcerias com as principais operadoras de telefonia.

Na lista de documentos a assinar pelos dois presidentes há, em meio a memorandos com promessas vagas de cooperação, três acordos envolvendo grandes empresas estatais e que são relevantes para a captação de tecnologia. A Eletrobrás e a State Grid vão desenvolver linhas de transmissão de energia a longa distância. A Petrobrás e a Sinopec fecharão acordos nas áreas de tecnologia de prospecção e pesquisas geológicas.

'Sala da diretoria'. A viagem tem forte simbolismo político por acontecer no momento em que Dilma acaba de completar 100 dias de governo. Depois de receber em Brasília o presidente dos EUA, Barack Obama, ela indicará,

em Pequim, que está interessada na relação de longo prazo com o país de Hu Jintao. Mas vai reclamar e pressionar contra as barreiras à expansão dos negócios brasileiros na China.

"Queremos sair da relação de balcão de compra e venda com a China para ser aquele país que chega lá e vai para a sala da diretoria", resumiu ao Estado, com humor, o ministro do Desenvolvimento, Fernando PIMentel.

Embora a China seja o maior parceiro comercial do Brasil e tenha investimentos anunciados na casa de US\$ 29 bilhões, a presidente Dilma vê com preocupação o fato de 90% desses investimentos se concentrarem em mineração, energia e agricultura. Inquieta-se, também, com a compra de terras, de forma direta ou indireta, por empresas estrangeiras, como em Goiás e na Bahia, para produzir grãos que são vendidos à China.

Durante a viagem ela vai conversar sobre o assunto com o governador da Bahia, Jaques Wagner (PT), que acompanhará a comitiva para assinar um acordo de instalação de beneficiadoras de soja em Barreiras (BA) com a estatal Chongqing Grain.

Sem fábricas. Os chineses alegam que o Brasil precisa se esforçar mais para demonstrar a competitividade. Mas os empresários brasileiros reclamam da disparidade no câmbio, já que a desvalorização da moeda chinesa barateia os produtos e dificulta a concorrência. Pior: a China impõe barreiras à expansão até de negócios já instalados no país, como nos casos da Weg Motores Elétricos e da Marco Polo, que fabrica carrocerias de ônibus.

A Embraer enfrenta as mesmas barreiras. Apesar de ter fábrica no país, ela depende da aprovação do governo chinês para deixar de produzir o modelo ERJ 145 - que já não tem mercado - e fabricar o EMB 190.

A China também costuma entrar no País sem fábricas, apenas importando os produtos. É o caso da JAC Motors, recém-chegada com uma rede de 50 concessionárias de veículos, mas sem unidade produtiva.

	VEÍCULO ESTADAO.COM.BR	EDITORIA	
	TÍTULO Brasil e China evitam 'caneladas' diplomáticas		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Brasil e China evitam 'caneladas' diplomáticas

Chancelarias dos dois países acertaram um acordo para evitar constrangimentos durante a visita de seis dias da presidente Dilma

Vera Rosa e Lisandra Paraguassu, de O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - O Brasil não reconhecerá a China como economia de mercado, mas também não vai crucificar em público o seu maior parceiro comercial por causa da política de câmbio que atormenta os empresários brasileiros. O acordo foi acertado entre as chancelarias dos dois países para evitar constrangimentos durante a visita de seis dias que a presidente Dilma Rousseff fará à China.

Dilma começará seu roteiro por Pequim, onde ficará dois dias, e terá encontro com o presidente da China, Hu Jintao. Na quinta-feira, ela participará da 3.ª Cúpula dos Brics, que será realizada em Sanya. O encontro formalizará a entrada da África do Sul no grupo e vai discutir temas como Rodada Doha, situação internacional - com destaque para os conflitos no mundo árabe - e o futuro da economia mundial. Na sexta, Dilma estará no Fórum Econômico, em Boao, o "Davos" da Ásia.

"É evidente que a questão cambial será discutida, mas se trata de uma negociação mais técnica, que tem seus fóruns apropriados", disse a embaixadora Maria Edileuza Fontenele Reis, subsecretária-geral de Política no Itamaraty, numa referência à Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível (Cosban). "Não há tema que seja tabu nessa relação." O assunto poderá entrar até na declaração conjunta ao final da visita, desde

que retrate a visão dos dois lados que os problemas cambiais são fruto de um "desequilíbrio econômico mundial" - fato sobre o qual Brasil e China, na visão dos dois governos, têm pouca responsabilidade.

Economia de mercado. A China gostaria de ver concluído o processo destinado a reconhecê-la como economia de mercado. Nas conversas privadas, autoridades daquele país pretendem cobrar de Dilma o compromisso fixado no memorando de entendimento assinado pelo governo Lula, durante visita do presidente Hu Jintao ao Brasil, em novembro de 2004.

O governo brasileiro, porém, pretende empurrar o máximo possível essa decisão, que precisa de regulamentação no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio - que não virá. "Vamos reiterar nossa disposição. Mas, por acordo firmado com a Organização Mundial de Comércio (OMC), a China será considerada economia de mercado em 2016", diz a embaixadora.

Na falta de acordo, porém, as diferenças foram guardadas para os diálogos reservados. O governo brasileiro alega que naquele mesmo memorando a China se comprometeu a adquirir aeronaves da Embraer e a fazer investimentos em infraestrutura, mas os acordos não vingaram.

	VEÍCULO ESTADAO.COM.BR	EDITORIA	
	TÍTULO Dilma terá de unir interesses opostos		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Exportadores de commodities e indústrias têm expectativas distintas em relação à China

Cláudia Trevisan - O Estado de S.Paulo

CORRESPONDENTE / PEQUIM

Dilma Rousseff desembarca em Pequim na segunda-feira como representante de dois grupos distintos e com interesses contraditórios em relação à China: os **exportadores** de commodities, que se beneficiam da explosiva demanda do país de 1,3 bilhão de habitantes, e o setor industrial, que teme ser dizimado pela concorrência da maior potência manufatureira do mundo.

Essa espécie de esquizofrenia cria um enorme desafio para a presidente, que buscará manter e ampliar as vantagens das empresas que vendem produtos primários ao mesmo tempo em que tenta encontrar caminhos para diversificar a pauta de **exportações**, com a inclusão de mais produtos industrializados e de alto valor agregado.

A espetacular emergência da China transformou o país no principal **importador** de uma série de commodities e matérias-primas necessárias para alimentar seu crescimento, muitas das quais são **exportadas** pelo Brasil.

Esse processo elevou a China ao primeiro lugar entre os maiores clientes brasileiros, acima dos tradicionais parceiros americanos e dos argentinos, vizinhos e sócios no **Mercosul**.

Também provocou uma radical mudança na composição das **exportações** brasileiras, com aumento da participação dos produtos básicos, que no ano passado superaram os bens industrializados pela primeira vez em décadas - a fatia foi de 44,6%, comparada a 39% dos manufaturados.

Em 2001, quando a demanda chinesa por commodities começou a acelerar, a fatia de bens primários era de 26,35% e a de industrializados, de 56,51%.

Minério de ferro. No ano passado, o país asiático foi o maior ou o segundo maior comprador dos três principais produtos **exportados** pelo Brasil: minério de ferro, petróleo e soja. Juntos, os três itens responderam por 28% dos embarques brasileiros, com vendas de US\$ 56,1 bilhões, metade das quais à China.

As **exportações** de minério de ferro ao país asiático alcançaram US\$ 13,34 bilhões, quatro vezes mais que os US\$ 3,27 bilhões adquiridos pelo segundo maior cliente, o Japão.

A matéria-prima é essencial para alimentar a gigantesca indústria siderúrgica chinesa, que produziu no ano passado 626,7 milhões de toneladas de aço, o equivalente a 44% do total mundial e a 440 vezes a fabricação brasileira de 32,82 milhões de toneladas.

Em um sintoma das contradições que marcam a relação bilateral, a China foi o país de onde o **Brasil** mais importou produtos de ferro e aço no ano passado, com aquisições no valor de US\$ 1,04 bilhão, ou um terço das compras totais nesse segmento - o minério de ferro atravessou o planeta para voltar na forma de bens industrializados.

Petróleo. Segundo maior **importador** de petróleo do mundo, a China é o país mais relevante para as vendas externas da Petrobrás depois dos Estados Unidos. No ano passado, as **importações** chinesas somaram US\$ 3,85 bilhões, o que correspondeu a 24% dos embarques de US\$ 16,15 bilhões da Petrobrás.

Mas a soja é o terreno no qual o domínio da China é absoluto. O produto ficou em terceiro lugar na pauta de **exportações** brasileiras em 2010, com vendas de US\$ 11,04 bilhões, das quais US\$ 7,13 bilhões - 65% do total - foram destinadas à China.

Enquanto os setores primários se beneficiam da explosão da demanda chinesa e da alta de preços provocada por ela, a indústria sofre com a feroz concorrência das **exportações** do país asiático, dentro e fora do Brasil.

Estudo divulgado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) no ano passado mostrou que entre 2004 e 2009 a concorrência de produtores chineses tirou da indústria brasileira US\$ 12,6 bilhões em **exportações** a seus três principais **mercados**: Estados Unidos, Argentina e União Europeia (UE). O levantamento mostrou ainda que a disputa com a China custou à indústria local US\$ 14,4 bilhões em vendas internas.

Nos seis anos analisados, a China dobrou a participação nas **exportações** de bens industriais à UE, para

22%, enquanto a presença do **Brasil** passou de 1% para 1,2%. Nos EUA, a fatia chinesa passou de 11% para 25%, enquanto a brasileira caiu de 1,2% para 1%.

Segundo a Fiesp, a principal razão para a substituição de produtos brasileiros por chineses é o câmbio, desvalorizado na China e valorizado no Brasil.

"Enquanto a taxa de câmbio chinesa permaneceu praticamente estagnada em patamar estimulante às **exportações**, o **Brasil** assistiu a permanente valorização de

sua moeda", avaliou o estudo, divulgado em junho do ano passado.

Câmbio

Segundo a Fiesp, a principal razão para a substituição de produtos brasileiros por chineses é o câmbio, que se mantém desvalorizado na China e valorizado no Brasil.

	VEÍCULO ESTADAO.COM.BR	EDITORIA	
	TÍTULO Objetivo principal é diversificar <u>exportações</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Governo brasileiro vai negociar com Pequim a redução das tarifas para produtos com valor agregado

Cláudia Trevisan - O Estado de S.Paulo

PEQUIM

Diversificar as exportações brasileiras é o principal objetivo da agenda econômico-comercial da visita que a presidente Dilma Rousseff realiza nesta semana a Pequim, sob crescente pressão da indústria nacional por medidas que contenham os estragos provocados pela concorrência chinesa.

A intenção é abrir novos mercados, obter sinal verde para investimentos brasileiros na China e garantir as vendas de aviões da Embraer, o único produto de alto valor agregado que aparece na pauta de exportações para o país asiático.

A tarefa não é fácil, especialmente se for considerada a diferença nas políticas cambiais, na taxa de juros, na carga tributária e na infraestrutura dos dois países. Em todos esses itens, a China nada de braçada. "Nós temos de identificar e construir cadeias produtivas onde haja complementaridade no setor industrial", diz o embaixador do Brasil na China, Clodoaldo Hugueney.

No ano passado, três produtos básicos responderam por 80% das exportações brasileiras ao país. Na mão contrária, 95% das importações da China foram manufaturados, muitos de alto valor agregado, como chips, celulares e telas de cristal líquido.

Presidente do Conselho Empresarial Brasil-China, Sérgio Amaral reconhece as dificuldades para aumentar as exportações de bens industriais, pela assimetria na competitividade entre os dois países no setor.

Segundo ele, a diversificação deve começar pelo agronegócio, segmento no qual o Brasil apresenta vantagens comparativas em relação à China. Mas isso depende de uma política industrial brasileira e de negociação com Pequim para redução das tarifas de importação de produtos com valor agregado.

Os chineses têm uma agressiva política industrial e adotam medidas de estímulo ao processamento de

commodities e matérias-primas em seu território. "A alíquota para importação de soja é de 2%, mas a de óleo de soja é de 19%", exemplifica Amaral.

Na opinião de Hugueney, não há razão para o Brasil exportar soja em grão em vez de óleo de soja para a China. A agregação de valor nessa área pode ser estimulada por investimentos chineses no Brasil, como o que a estatal Chongqing Grain Group fará na Bahia, que será oficializado durante a visita de Dilma.

A empresa vai destinar R\$ 4 bilhões à criação de um polo industrial de esmagamento e refino de óleo de soja na cidade de Barreiras, onde também construirá uma fábrica de fertilizantes. "Esse acordo é extraordinário e mostra que a solução é negociar", observa o embaixador.

A mesma lógica se aplica a outros produtos, ressalta Amaral: em vez de frango, o Brasil pode exportar frango processado, em vez de celulose, pode exportar papel. Mas em sua opinião isso exige uma política industrial do governo brasileiro, para desenvolver essas cadeias produtivas.

Hugueney e Amaral ressaltam que grande parte do esforço de diversificação das exportações à China recai do lado brasileiro, que deve melhorar a infraestrutura, reduzir a carga tributária e cortar os juros. Todas são questões de longo prazo, que demandarão anos para ser resolvidas.

Mas há questões fundamentais que dependem de Pequim. Entre as mais importantes está a prática de condicionar a compra de produtos de valor agregado a licenças de importação dadas pelo governo. Na prática, isso faz com que qualquer contrato realizado por empresas do país possa ser vetado por Pequim. Essa política afeta a Embraer, que já teve várias vendas barradas pela não concessão de licenças de importação. O que o governo brasileiro quer é a garantia de que os contratos realizados pela companhia serão cumpridos.

	VEÍCULO ESTADAO.COM.BR	EDITORIA	
	TÍTULO Analistas veem forte mudança na política econômica		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

""Tripé"" de metas de inflação, câmbio fluante e rigor fiscal já não estaria valendo; BC rejeita ideia e tem apoio de alguns no mercado

Fernando Dantas / RIO - O Estado de S.Paulo

O Brasil já não tem o mesmo regime de política econômica iniciado no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso e continuado por Luiz Inácio Lula da Silva, baseado no chamado "tripé" - metas de inflação, câmbio fluante e altos superávits primários. Essa é a visão de uma significativa corrente de economistas e profissionais do mercado financeiro sobre a gestão econômica no início do governo de Dilma Rousseff.

O Banco Central (BC), porém, contesta energicamente essa interpretação. A visão na cúpula da instituição é de que as fortes críticas que vem recebendo devem-se à incompreensão sobre o momento peculiar vivido pela economia brasileira. Assim, o tripé está firme, e o que existe são adaptações do regime à atual conjuntura.

No mercado, há também quem apoie a estratégia do Ministério da Fazenda e do BC, como o diretor do Departamento Econômico do Bradesco, Octavio de Barros. "Este momento excepcionalmente peculiar pelo qual passa a economia mundial e brasileira acabará redundando no fortalecimento do tripé."

O conflito de visões entre a equipe econômica e parte considerável do mercado atingiu um nível particularmente intenso nas últimas semanas, alimentado pela alta da inflação e pelo insucesso das últimas medidas para segurar a valorização do real.

Luiz Carlos Mendonça de Barros, ex-ministro das Comunicações e sócio-fundador da Quest Investimentos, acha que recente entrevista de Dilma ao jornal Valor Econômico indicou claramente que o Banco Central está trabalhando agora com o duplo objetivo de controlar a inflação e manter o crescimento econômico num ritmo visto como adequado pelo governo. "Quando ela falou que queria controlar a inflação e, ao mesmo tempo, crescer 5% apareceu a inconsistência", ele observa.

Segundo Alexandre Schwartzman, ex-diretor da área internacional do BC, e até recentemente economista-chefe do Santander, "o tripé ainda existe, mas está bem deteriorado - o (resultado) fiscal ninguém sabe o que é, o câmbio flutua a contragosto e o compromisso com as metas de inflação está desaparecendo a olhos vistos".

Para Schwartzman, a atual política econômica não é fruto de uma visão integrada e coerente do conjunto de fatores, mas sim "um conjunto de ações mais ou menos desconexas" que tenta atacar cada problema individualmente, sem prestar atenção às consequências no todo.

Assim, busca-se evitar a valorização cambial sem se levar em conta que a apreciação neutraliza o impacto inflacionário da alta das commodities. Da mesma forma, tomam-se medidas para refrear o ingresso de capitais e busca-se aumentar o investimento, que necessita de financiamento externo. E, enquanto o BC tenta frear a demanda, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) opera a sua imensa carteira de crédito.

Abaixo de R\$ 1,60. O economista acha que a equipe econômica começa a perceber "os limites dessas intervenções sem uma estrutura coerente por detrás". Assim, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, teria reconhecido na semana passada os efeitos colaterais do controle de capitais, e, adicionalmente, o dólar voltou a cair, despencando bem abaixo do piso de R\$ 1,60, que foi defendido por algum tempo.

Outro ponto de críticas do mercado seria a suposta tentativa do BC de tentar reduzir o ciclo da alta da Selic (taxa básica), com a utilização alternativa de medidas de contenção de crédito como aumento de compulsórios e de índices de capitalização, ou a recente elevação de 1,5% para 3% do IOF dos empréstimos à pessoa física.

Há uma interpretação de que o BC estaria relutante em estender muito a alta da Selic (que já subiu de 8,75% para 11,75% desde abril de 2010). Essa seria a causa para o fato de as expectativas de inflação do mercado para 2011 e 2012 (6,02% e 5%) estarem acima das projeções do BC - respectivamente de 5,6% e 4,6%. As razões da relutância do BC seriam evitar que a atratividade dos juros brasileiros para

o capital externo aumentasse ainda mais, ou algum tipo de coerção emanada da Fazenda ou do Planalto.

Diversos economistas observam que a alta da Selic tem efeito mais poderoso e disseminado na demanda porque afeta todos os segmentos de crédito (ao contrário de algumas das medidas de contenção setorializada dos empréstimos, tomadas pela Fazenda) e, além disso, ao aumentar a rentabilidade das aplicações financeiras, estimula a poupança, o que também inibe o consumo. Na parte fiscal, há mais apoio no mercado ao corte de R\$ 50 bilhões no Orçamento, embora ainda haja uma corrente cética.

Tripé deteriorado

ALEXANDRE SCHWARTSMAN

ECONOMISTA

"O tripé está bem deteriorado - o (resultado) fiscal ninguém sabe o que é, o câmbio flutua a contragosto e o compromisso com as metas de inflação está desaparecendo a olhos vistos."

OCTAVIO DE BARROS

DIRETOR DO BRADESCO

"Esse momento peculiar da economia vai reforçar o tripé."

	VEÍCULO ESTADAO.COM.BR	EDITORIA	
	TÍTULO Economia e inflação vão desacelerar no 2º semestre, para BC		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Fato de câmbio registrar queda de níveis acima de R\$ 1,8, em meados de 2010, para R\$ 1,57 é prova da flutuação

Fernando Dantas - O Estado de S.Paulo

O Banco Central (BC) está seguro de que a atividade econômica e a inflação vão desacelerar no segundo semestre, em consequência das medidas tomadas que contêm a demanda.

A cúpula do BC está firme na convicção de que o tripé econômico está mantido, e tem argumentos para contestar cada uma das críticas do mercado.

Nessa visão, as medidas de contenção de crédito se iniciaram no final de 2010 para lidar de fato com riscos macroprudenciais, ligados a exposições do sistema financeiro (foi a época em que os problemas do Banco Panamericano vieram à tona).

Assim, não se trata de substituir o instrumento de elevação da Selic por medidas diretas de contenção de crédito, mas sim de levar em consideração, na hora de mexer na taxa básica, os efeitos na mesma direção das ações macroprudenciais e do ajuste fiscal anunciado pelo governo (cujas metas foram cumpridas em janeiro e fevereiro).

Para o BC, os fatos desmentiram o ceticismo de parte do mercado quanto ao ajuste fiscal (incluindo a manutenção do valor real do salário mínimo) e quanto à disposição de se elevar a Selic no início do governo Dilma. Agora, esses mesmos

analistas estariam se agarrando à alta da inflação corrente no primeiro trimestre para prosseguir nas críticas. Essa alta, no entanto, teria a ver com um fator totalmente diverso - a elevação das commodities acima de qualquer previsão feita no final de 2010.

Quanto ao câmbio, a queda de níveis acima de R\$ 1,8, em meados de 2010, para R\$ 1,57 nessa semana seria a prova de que o regime flutuante se mantém. As intervenções cambiais são para evitar exageros, que trazem risco financeiro quando o mercado dispara na direção oposta.

Octavio de Barros, do Bradesco, acha que o atual momento vai reforçar o tripé. O seu raciocínio é o de que, com a economia aquecida e a pleno emprego, há convergência entre economistas ortodoxos e heterodoxos, em torno da necessidade de conter a demanda - isto, por sua vez, legítima de forma mais eficaz a política de austeridade fiscal e a autonomia operacional do BC.

Ele nota que os BCs do mundo inteiro enfrentam um cenário internacional de enorme expansão de liquidez, choque de preços de commodities e instabilidade no mercado de petróleo. Essa combinação dá margem a uma maior ação discricionária dos BCs, em busca de um cardápio mais variado de instrumentos. O Banco Central brasileiro, nesse caso, está apenas seguindo a tendência geral.

	VEÍCULO FOLHA.COM	EDITORIA	
	TÍTULO Planalto altera a regra de plano de banda larga		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

A presidente Dilma Rousseff determinou mudança no Plano Nacional de Banda Larga, informam Valdo Cruz e Julio Wiziack. Pelos mesmos R\$ 35, as teles terão agora de oferecer conexões de 1 Mbps (megabit/segundo) em vez dos atuais 600 Kbps (kilobits/segundo). Dilma exigiu que o Ministério das Comunicações faça a alteração, dizendo que o plano original do país está defasado.

Dilma manda aumentar velocidade da banda larga

Teles terão de oferecer 1 Mbps por R\$ 35 em plano para massificar acesso

Em contrapartida, governo vai trabalhar para aprovar projeto de lei que libera TV a cabo para as teles

VALDO CRUZ

DE BRASÍLIA

JULIO WIZIACK

DE SÃO PAULO

A presidente Dilma Rousseff alterou o PNBL (Plano Nacional de Banda Larga). Em vez de conexões de até 600 Kbps (kilobits por segundo), ela exige 1 Mbps (megabit por segundo) pelo mesmo preço, R\$ 35.

Nos Estados que concederem isenção de **ICMS** nos pacotes vinculados ao PNBL, o preço será R\$ 29,80.

A nova orientação foi dada ao ministro Paulo Bernardo (Comunicações) na semana passada. Segundo a Folha apurou, Dilma exigiu a mudança, afirmando que o plano original está atrasado em relação ao mundo.

O plano dos EUA prevê conexões de 100 Mbps. Na Coreia, as velocidades variam de 1 a 2 Gbps (gigabit por segundo), até 20 vezes mais que nos EUA e até 2.000 vezes mais que no Brasil.

Kbps, Mbps e Gbps são unidades de velocidade das conexões e representam a quantidade de informação trafegada por segundo. Com 1 Mbps, por exemplo, é possível baixar um CD com dez faixas de música em oito minutos, metade do tempo caso a conexão fosse de 600 Kbps.

Justamente por isso, Dilma pediu que Bernardo informasse as teles do seguinte recado: "Vamos abolir esse negócio de kilobit, vamos falar em megabit".

Acrescentou que as operadoras terão de se adaptar à sua demanda e investir, em vez de ficar pedindo dinheiro ao governo. Avisadas, as teles já devem começar a negociar o novo PNBL com o governo nesta semana.

A alteração deve provocar um atraso de pelo menos três meses no início do programa, que deveria ter sido implantado no governo Lula.

TOMA LÁ, DÁ CÁ

Em contrapartida à nova regra, o governo trabalhará para aprovar o projeto de lei (PL 116) que prevê abrir o **mercado** de TV a cabo para as teles nacionais e estrangeiras, algo vetado pela lei atual.

Para o governo, com a distribuição de programas televisivos por cabo, as operadoras terão aumento de receita, poderão adquirir o controle de empresas de TV e vender "combos" (TV paga, telefone e banda larga, tudo em um), reduzindo custos e aumentando suas margens de lucro.

Elas terão, portanto, garantias para investimentos na rede e aumento do número de clientes. Estarão massificando os acessos à internet, exatamente o que quer a presidente. A tecnologia permite que ela possa prestar todos os serviços pelo mesmo cabo telefônico. Mas, para um serviço de qualidade, é preciso mais que 600 Kbps.

	VEÍCULO FOLHA.COM	EDITORIA	
	TÍTULO Dilma começa com calma política e tensão na economia		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Os primeiros cem dias do governo de Dilma Rousseff foram marcados pela redução dos conflitos políticos e pela elevação das tensões na seara econômica. Diferentemente de Lula, a presidente adotou o silêncio, abandonou ataques à oposição e resistiu ao loteamento partidário de cargos. Na economia, a expectativa de aumento de preços segue em alta, enquanto projeções de crescimento estão em queda.

100 dias com ELA

No início do governo, Dilma reduz conflitos políticos e eleva tensões na área econômica

GUSTAVO PATU

SIMONE IGLESIAS

DE BRASÍLIA Economista e tecnocrata experiente, candidata de uma única eleição, Dilma Rousseff iniciou seu governo com redução bem-sucedida dos conflitos no meio político e elevação das tensões na seara econômica.

A inovação mais evidente de seus primeiros cem dias no Planalto foi o quase silêncio, em contraste com os discursos inflamados e praticamente diários de seu antecessor e padrinho, Luiz Inácio Lula da Silva.

Após uma campanha presidencial agressiva, abandonou os ataques à oposição, agora anêmica e sob ameaça de adesismo; deixou de lado queixas contra a imprensa e propostas para regular os meios de comunicação.

Na política externa, sua maior marca de mudança, renunciou à ambiguidade do antecessor e defendeu direitos humanos de forma incondicional, ainda que os resultados não sejam tangíveis.

Na política doméstica, Dilma resistiu ao loteamento partidário dos cargos. Obteve uma surpreendente

unanimidade dos deputados do PMDB na votação que aprovou o primeiro reajuste do salário mínimo abaixo da inflação em 14 anos.

Resolveu, com críticas de interferência no setor privado, antiga pendência do governo Lula, tirando Roger Agnelli da Vale.

Administrativamente, as diretrizes são menos claras. Não se sabe até agora com precisão quais serão as prioridades do Executivo, e a agenda para o Legislativo ainda não passa de especulações em torno de medidas tributárias e previdenciárias.

Houve mudanças na política econômica, motivo de desconforto entre analistas e investidores. Foi anunciado um corte de gastos públicos, seguido por uma injeção de dinheiro no estatal **BNDES**; o Banco Central indicou que deixará a inflação ultrapassar a meta do ano para não sacrificar o crescimento da renda. A inflação espreita.

Os resultados, até agora, não entusiasmam. As expectativas para o aumento de preços seguem em alta, inclusive para 2012, enquanto projeções para expansão da economia estão em queda.

	VEÍCULO FOLHA.COM	EDITORIA	
	TÍTULO Brasília - Eliane Cantanhêde: A Grande Muralha		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

BRASÍLIA - A viagem à China é a grande estreia internacional de Dilma. A China é a segunda economia mundial, continua crescendo desabaladamente e é forte compradora de commodities brasileiras -mas também uma concorrente.

Aliada e adversária, é a grande incógnita do século, com um regime econômico agressivo e um regime político esdrúxulo, ao redor de um caixão de cristal: o de Mao.

A frente mais importante da viagem é o comércio bilateral, que se multiplica tanto quanto a China cresce e é superavitário para o Brasil. Mas os chineses barram a inserção real de empresas como Embraer e Marcopolo no país e geram concorrência desigual nos grandes mercados e até nos vizinhos.

Se Dilma disse o que disse para Obama, cobrando coerência e abertura comercial, deverá ir na mesma linha com Hu Jintao, lembrando que "reciprocidade" é palavra-chave nas relações internacionais.

O segundo item da agenda é a Cúpula dos Bric (Brasil, Rússia, Índia e China) na cidade de Sanya. E, neste caso, o

Brasil só tem elogios à posição chinesa, que recusou uma nova dualidade mundial num G2 (EUA-China) e investiu no bloco.

Se Dilma tem cobranças na área de comércio e indústria, deverá elogiar a coesão do grupo, que se absteve na votação da invasão da Líbia sob pretextos humanitários no Conselho de Segurança da ONU e trata de discutir saídas comuns para a crise financeira internacional, que não acabou. A inflação ronda o mundo -e o Brasil.

O terceiro item é como Dilma, que sofreu na pele e impôs nesses cem dias uma inflexão na área de direitos humanos, vai tratar a prisão do Nobel da Paz Liu Xiaobo e o estranho sumiço do artista Weiwei.

Se ela botou o dedo na ferida no caso do Irã e reviu a mania do Brasil de ficar em cima do muro, sabe-se lá o que vai fazer. A depender do Itamaraty, nada. Mas pode dar um toque para Jintao ou uma indireta num discurso. A ver.